

A PEC 241/16 e o seu legado para o País

Aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados, no final de outubro, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 241/16 vem sendo considerada uma vilã para diversos setores da sociedade, incluindo o serviço público. A matéria, que segue agora para o Senado Federal como PEC 55/16, limita os gastos públicos à inflação sob o pretexto de trazer equilíbrio às contas públicas, mas pode trazer graves consequências aos trabalhadores e à sociedade em geral. A equipe do Inffo Sindical entrevistou a analista Política e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antônio Augusto de Queiroz, conhecido como Toninho do Diap, sobre as consequências dessa Proposta para o Brasil. Acompanhe.

1-Por que a PEC 241/16 pode ser tão nociva ao país?

Porque engessa o orçamento público por 20 anos, impedindo a expansão dos serviços e dos investimentos públicos, mesmo que o País venha a crescer e o governo aumente sua arrecadação.

2-E o serviço público? Haverá uma precarização ainda maior se aprovada esta proposta?

Sem dúvida. Se, mesmo havendo investimento e concursos públi-

cos para reposição de quadros, há insuficiência de serviços públicos de qualidade, imagine o que acontecerá com o orçamento congelado e com o aumento das demandas por saúde, educação, previdência, assistência social etc? O Estado no Brasil, por intermédio da seguridade e dos programas sociais, é o responsável pela paz social. Se ele sair ou reduzir sua participação na assistência aos mais necessitados, a violência irá explodir e a miséria retornará em curto prazo. A PEC, nessa perspectiva, é uma tragédia.

3-O Governo tem apostado que a limitação de gastos, proposta pela PEC 241/16, amenizará o rombo das contas públicas. Mas seria o suficiente?

A PEC não foi feita para ser cumprida. Ela foi concebida para punir o seu descumprimento. Ou seja, sempre que houver gasto acima do limite imposto, dispara-se um gatilho de corte de gastos, inicialmente sobre os direitos dos servidores públicos. Uma das consequências da aprovação da PEC será uma drástica reforma da previdência, com a supressão não apenas da expectativa de direito dos atuais segurados, mas corte de direito adquirido dos aposentados e pensionistas. Uma forma de atingir o direito adquirido é, por exemplo, aumentar a contribuição do aposentado e



pensionista. Outra será cortar os reajustes, o que parece inevitável caso seja aprovada a PEC do congelamento do gasto público.

A grande verdade é que a PEC não é justa porque escolhe como variável de ajuste os mais fracos econômica, social e politicamente na relação com o Estado: os assalariados, os aposentados, os que dependem de serviços públicos e os servidores públicos. Os credores da dívida não serão atingidos pelo congelamento. Aliás, o congelamento está sendo feito exatamente para que haja superávit primário para pagar os juros e os encargos da dívida.

Em moção, Sindicato apoia greve da AGED/MA

O documento solicita que o governo do Maranhão abra negociação com os servidores e cita a realização de concurso público e o fim da terceirização das atividades como algumas das pautas da categoria.

Direx acompanha relatório de PL com medidas anticorrupção

A diretoria esteve na Câmara dos Deputados, durante a leitura do relatório do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), dia 9/11. Em março, a entidade participou da protocolização do PL, que prevê medidas contra a corrupção e crimes contra o patrimônio público.

Presidente fala sobre PLS N° 379/16 em entrevista ao Canal Rural



O presidente do Anffa Sindical, Maurício Porto, concedeu entrevista ao Canal Rural sobre a recente proposta do senador Roberto Muniz (PP/BA), que pretende disciplinar a distribuição de recursos para uma política de defesa agropecuária. O PLS (Projeto de Lei do Senado) N° 379/16 leva em consideração aspectos físicos e geográficos de cada região, a fim de fatiar os valores de maneira justa. De acordo com o projeto, a partilha deve ser de 80% dos recursos destinados aos repasses federais, ficando o restante (20%) destinado, a critério do Ministério da Agricultura, para possível

compensação a entes ou para emergências sanitárias.

“Hoje, muitas vezes, as influências políticas fazem com que os recursos não sejam destinados às regiões e municípios mais necessitados. O MAPA ter mais controle na distribuição desses recursos é uma forma de fazer um repasse melhor distribuído, para que o país possa se desenvolver de uma forma igualitária e que a defesa agropecuária possa ser melhor executada”, defendeu Maurício Porto.

Sindicato divulga moção em apoio à greve da AGED do Maranhão

A Direx divulgou uma moção de apoio à mobilização dos servidores da fiscalização agropecuária da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do estado do Maranhão, que completa 30 dias.

O documento solicita que o governo do Maranhão abra negociação com os servidores e ressalta que a luta daquela categoria “tem como objetivo a realização de concurso público para reposição dos recursos humanos da AGED, a manutenção dos serviços por ela realizados e o fim da terceirização das atividades exclusivas de estado”.



Direx acompanha relatório de PL com medidas anticorrupção

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), relator do PL (Projeto de Lei) 4850/16, que estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público, além de combater o enriquecimento ilícito de agentes públicos leu, dia 9 de novembro, o seu relatório na Comissão Especial que trata do assunto, na Câmara dos Deputados. O texto, que originalmente continha dez propostas, recebeu mais oito sugestões do parlamentar. Sendo aprovado o substitutivo, a matéria deverá seguir para o plenário da Casa.

Participação - O assunto é pauta frequente da Direx (Diretoria Executiva) do Anffa Sindical em diversas frentes que tratam da questão por entender que a corrupção é um dos entraves que impedem o desenvolvimento do Brasil. Além do trabalho parlamentar realizado em torno do assunto no Congresso Nacional, recentemente, parte da diretoria do Sindicato participou de um debate promovido pelo grupo de comunicação Congresso em Foco, denominado Diálogos Congresso em Foco, onde os participantes puderam falar dos desafios e cons-

truir juntos um documento que foi encaminhado às duas Casas do Congresso Nacional e ao ministro da Transparência com uma série de alternativas para questões como crise política, econômica e moral.

Em março deste ano, a entidade também participou da protocolização do Projeto de Lei 4850/16; uma ideia que nasceu de procuradores do Ministério Público Federal e posteriormente contou com o apoio de diversos segmentos da sociedade, entre as quais o Anffa Sindical, que, por meio das DS (Delegacias

Sindicais), nos estados e no Distrito Federal, incentivou o recolhimento de assinaturas para o referido projeto.

“Vemos discussões como essas como essenciais, pois o PL 4850/16 pretende combater diversas práticas perniciosas que assolam o nosso país”, disse o diretor de Relações Institucionais, Alfredo Dantas, que acompanhou a sessão na Câmara, ao lado da delegada sindical do Rio Grande do Sul, Consuelo Paixão Côrtes.



O Anffa somos nós

O quadro “O Anffa somos nós” desta edição traz as funcionárias da DS (Delegacia Sindical) de São Paulo.

Essa é a sétima DS em destaque no Inffo Sindical, após a divulgação de informações do corpo funcional de todos os departamentos da sede do Anffa Sindical, em Brasília. A intenção desse espaço é homenagear os funcionários que atuam em todo o país em prol do bom funcionamento das atividades do Sindicato.

Conheça um pouco mais sobre as colegas deste mês:



Ana Paula

Assistente Administrativa
Na DS/SP desde 2010

Neusa Silva

Assistente Administrativa
Na DS/SP desde 2010

ESPAÇO DO APOSENTADO E PENSIONISTA

POR: JOSÉ LUIZ CASTILHOS

- A reforma da Previdência está por aí. Temos que ficar atentos. Aquela velha afirmação que direito adquirido é intocável, não é bem assim. Fiquem em contato com nosso Sindicato para ver como será a reforma que vai ser encaminhada ao Congresso Nacional.

- Não se esqueçam de fazer o RECADASTRAMENTO. É obrigatório e deve ser feito no mês de seu aniversário. Se não for feito, estará sujeito a não receber os proventos. Vá ao BB ou a CEF. Se não tiver condições de locomoção, entre em contato com os recursos humanos do MAPA e solicite uma visita à sua casa. O empregador tem a obrigação de fazer o cadastramento no domicílio, neste caso.

- Sobre isenção de Imposto de Renda por doença grave, o interessado deve procurar o MAPA e solicitar uma perícia médica. As doenças que dão direito são as estabelecidas na lei 8.112/90.

Nem todos os males dão direito a isenção.

- A Lei 12.813/2013 proíbe o aposentado de trabalhar no mesmo ramo que vinha exercendo antes de 6 meses da aposentadoria (conflito de interesses).

- Nestes últimos dias fizemos dois eventos; um no Pará e outro no Amazonas, abrangendo a região Norte.

- O evento em Belém (PA), segundo avaliação dos participantes, foi muito útil e todos por unanimidade sugeriram fazer em todas as Delegacias Sindicais do Brasil.

- Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao AFFA Antônio Pinheiro que, na condição de substituto do Delegado Sindical, nos recepcionou muito bem e, inclusive, participou do Curso.



Curso preparatório em Belém - PA

- Agradecemos ao colega Pedro Paulo da Costa Mota, Diretor de Aposentados e Pensionistas da DS-PA que foi incansável para que o evento fosse realizado.

- Realizamos também um Encontro de Aposentados e Pensionistas em Manaus (AM). Foi um dia inteiro de palestras, esclarecimentos e troca de informações. Além dos participantes do Amazonas, tivemos colegas de Rondônia, Roraima e Tocantins.

- Os nossos agradecimentos a todas as Delegacias Sindicais que participaram, principalmente ao Delegado Sindical do Amazonas, colega Adail Santiago Bandeira, que nos recebeu e se esmerou na organização do Encontro.

- O que podemos fazer para sermos felizes, é muito simples, é fazer os outros serem felizes.



Encontro de aposentados em Manaus - AM

José Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br

Fone: (61) 99135-0867